



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141478 - MG (2021/0013968-3)

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**RECORRENTE** : M V DOS S D (PRESO)  
**ADVOGADOS** : GLAUBER HENRIQUE PEREIRA DE PAIVA E OUTRO(S) -  
MG136690  
LARISSA LORRAYNE ALVES DE JESUS - MG193621  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÉU** : P T DOS S  
**CORRÉU** : A Q DE A  
**CORRÉU** : D E C B

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por M V DOS S D contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.576796-5/000).

O recorrente foi preso em 29/10/2020 pela suposta prática dos delitos descritos no art. 121, *caput* c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal e no art. 244-B do ECA, posteriormente convertida em preventiva.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto a decisão carece de fundamentação idônea apta a justificar a imposição da medida.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva com a expedição de alvará de soltura. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que possa aguardar o julgamento em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência